

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: ‘Economia do país precisa decolar, afirma Bolsonaro’	2
Título: Com ressalvas, TCU libera o leilão da cessão onerosa.....	3
Título: Techint é investigada por cartel na Petrobras	5
Título: BR vê ganho com abertura do refino.....	7
Título: Destaques	8
Título: EDP acredita em protagonismo do Brasil	9
Título: Grupo muda estratégia para leilão	11
Título: A vida da ‘nova’ BR depois da privatização.....	12
Título: Resultado da Petrobras refletirá expansão da produção	15
Título: Consumo fraco de aço impacta resultados do 3º tri	17
Título: Elétrico puro está longe das linhas locais de montagem.....	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Nordeste propõe taxa sobre energia do sol e do vento	21
Título: Cliente da Shell nega relação com acidente	22
Título: ‘O ESTRAGO NO MAR É ENORME E PODE FICAR MAIOR’	23
Título: Óleo afeta mercado de pescado e estudo da UFBA alerta sobre contaminação	25
Título: Derrame em operação no mar está sob investigação	27
Título: Governo cobra a Venezuela; CPI do Óleo é protocolada.....	28
Título: Nissan mostra solução brasileira no Japão	29
Título: NOVA POLÍTICA.....	30
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	32
Título: TCU aprova o novo contrato que garante megaleilão do pré-sal.....	32

Título: Greenpeace derrama óleo no Planalto, e PM prende ativistas por dano ao ambiente	33
Título: Além da origem, Brasil não sabe destino do óleo.....	34
Título: Com óleo e tudo, Nordeste é destino eleito para 2020.....	36
VEÍCULO: O Globo	39
Título: TCU aprova acordo, e Congresso dá aval a pagamento da Petrobras.....	39
Título: E se o leilão da cessão onerosa não arrecadar os R\$ 106,5 bi?	40
Título: Brasil questiona Venezuela sobre óleo	40
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	43
Título: Ação efetiva contra o óleo	43
Título: Ato do Greenpeace acaba em prisões	45
Título: CPI tem mais de 250 assinaturas	47

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira — De Tóquio

Título: ‘Economia do país precisa decolar, afirma Bolsonaro’

Presidente diz que tem país tem “pressa”, mas que energia pode ser um limitador para expansão

“Temos que decolar na economia. Não adiante você ter boas pessoas ao teu lado se a economia não funciona.” A afirmação foi feita pelo presidente Jair Bolsonaro, em Tóquio, um dia depois de indicar que quem acha que o país cresce pouco não entende de economia. “O Brasil tem pressa”, acrescentou.

Durante a viagem ao Japão, segundo relato de um membro da delegação, Bolsonaro ligou muito para o ministro da Economia, Paulo Guedes. Não mencionou o que trataram. Na quarta-feira, questionado sobre eventuais medidas para dar mais ânimo à economia, respondeu que isso era com o “posto Ipiranga”, em referência a Guedes.

Perguntado sobre como o país pode realmente decolar, o presidente respondeu que isso passa por desburocratizar, desregulamentar e abrir o mercado.

Também passa, segundo ele, por privatizar “muito, porque alguns falam que estamos dilapidando o patrimônio. Mas o patrimônio até o ano passado estava sendo dilapidado, roubado, conseguiram quase quebrar a Petrobras”, acrescentou.

Questionado se acreditava que a expansão do PIB pode dobrar no ano que vem, a partir da estimativa de alta de quase 1% neste ano, o presidente sinalizou limites para a expansão: “Quando aumenta muito o PIB, tem que ter energia para segurar essa onda. E o que tenho falado com o **almirante Bento [Albuquerque, ministro de Minas de Energia]** é sobre a geração de energia”.

Ele comentou que pretende fazer em novembro uma viagem à Flórida (Estados Unidos), para uma reunião com empresários americanos e brasileiros, para atrair investimento para o Brasil.

No giro pela Ásia, o presidente disse acreditar que poderá atrair investimentos para o Brasil. “Se estão nos tratando de forma bastante simpática, é sinal de que estamos recuperando a confiança. Eles querem investir. Os países da Opep [grupo que reúne nações que são grandes exportadoras de petróleo] sabem que há substituição da fonte de energia”, exemplificou.

Bolsonaro acha que tem tido sorte na sua viagem ao exterior com a aprovação da reforma da Previdência no Senado. Na viagem a Osaka, no meio do ano, no G-20, ocorreu o anúncio de conclusão do acordo de livre-comércio entre Mercosul-União Europeia. “Talvez meu nome não seja Messias por acaso. A sorte ajuda quem trabalha”, disse.

O presidente disse ter ouvido promessas de investimentos por parte de empresários japoneses. Um deles representava a Honda. Bolsonaro contou que no dia 2 vai receber uma moto Honda 750 que comprou para passear por Brasília. Como não tinha a cor que queria (azul), mandaram fazer uma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: Com ressalvas, TCU libera o leilão da cessão onerosa

Expectativa é que contratos firmados a partir do leilão gere receita de R\$ 628 bilhões para o governo

Por unanimidade e com ressalvas, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem a nova versão do contrato de cessão onerosa do pré-sal, colocando ponto final em uma negociação que se arrastava desde 2015. Pelo novo acordo, a Petrobras receberá US\$ 9,05 bilhões da União.

A estatal usará o recurso para participar do megaleilão de excedentes da cessão onerosa, marcado para o dia 6. Por isso, a aprovação do novo contrato pelo TCU era fundamental para viabilizar o certame. Na semana passada, o plenário do TCU deu sinal verde para realização do leilão.

A expectativa é de os bônus de assinatura dos quatro blocos que serão ofertados rendam R\$ 106 bilhões para o governo federal, que usará parte desse dinheiro para pagar a dívida com a Petrobras. A intenção é fazer um de encontro de contas entre União e estatal.

Um alerta do TCU, no entanto, exigiu um ajuste nos planos. O órgão disse que a eventual suspensão do leilão poderia gerar um problema fiscal: a União não teria os recursos do bônus de assinatura, mas manteria a dívida com a Petrobras.

Para equacionar o risco, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou na noite de terça resolução que abre a possibilidade de o pagamento para a Petrobras ser adiado por até um ano, até 27 de dezembro de 2020. A informação foi antecipada pelo **Valor**.

Apesar disso, a expectativa no governo e no mercado é de um leilão bem-sucedido. O TCU reiterou ter encontrado várias falhas técnicas nos procedimentos de preparação, mas acabou relevando os problemas devido aos prejuízos que o eventual cancelamento poderia causar.

De acordo com cálculos do Ministério da Economia, a não realização do leilão causaria perda de US\$ 5,4 bilhões anuais aos cofres públicos.

Os contratos com os vencedores serão assinados no modelo de partilha de produção, ou seja, as empresas entregarão ao governo uma parte do óleo que explorarem. Vence o leilão quem oferecer o maior percentual de barris para a União. Há uma expectativa de que os contratos, com 35 anos de duração, gerem receita total de R\$ 628 bilhões para os cofres públicos.

O Congresso aprovou ontem projeto de lei que abre crédito especial de R\$ 40,5 bilhões para a União pagar à Petrobras os valores correspondentes a revisão do

acordo. Desse total, R\$ 34,6 bilhões são relativos ao pagamento da Petrobras e R\$ 5,8 bilhões serão destinados aos Estados, Distrito Federal e municípios.

Inicialmente, o projeto não previa os R\$ 5,8 bilhões, mas os valores foram incluídos ontem, quando o governo enviou proposta de modificação do texto ao Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2019

Seção: Política

Autor: André Guilherme Vieira — De São Paulo

Título: Techint é investigada por cartel na Petrobras

A 67ª fase da Lava-Jato de Curitiba, deflagrada ontem, mirou executivos de uma das empresas do grupo Techint no Brasil, com bloqueio judicial de R\$ 1,6 bilhão em ativos decretado em razão de indícios de propinas de 2% (cerca de R\$ 60 milhões) nos contratos firmados com a Petrobras.

Batizada de “Tango & Cash”, a investigação investiu contra a formação de cartel com outras empreiteiras já flagradas no esquema de desvios por corrupção na petrolífera, segundo o Ministério Público Federal (MPF).

A 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba ordenou o bloqueio bilionário de bens do diretor do grupo Techint no Brasil, Ricardo Ourique Marques, e de R\$ 70 milhões de representantes da Confab, subsidiária da empresa no país.

Citada pela primeira vez em 2014 pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras e delator Paulo Roberto Costa, a Techint Engenharia foi alvo de mandados de busca e apreensão. Mais de 100 policiais federais cumpriram 23 mandados em São Paulo, Campinas e Barueri; no Rio de Janeiro, Petrópolis, Niterói e Angra dos Reis; e na cidade de Marinhos, no Paraná.

O MPF encontrou indícios de atuação cartelizada somando mais de R\$ 3,3 bilhões somente em três contratos. Um deles em favor da Techint para consórcio com a Andrade Gutierrez, em 2007, nas obras da Refinaria Landulpho Alves (BA); e em 2010, no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em consórcio com a Odebrecht. Há ainda indícios de cartel no consórcio Gasduc III, localizado no Rio e também firmado com a Odebrecht.

Vinculados às obras do Gasduc III, foram localizados documentos do Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht, o departamento de propinas. Os delatores apresentaram dados sobre pagamentos, em 2009 e 2010, autorizados por Ricardo Ourique Marques, diretor do Grupo Techint.

As transferências, lastreadas em contratos fictícios de US\$ 1,2 milhão, segundo o MPF, foram direcionadas para empresa de consultoria, a Pipeconsult Engenharia e Representações - um dos alvos das ações de busca.

Em outra frente de atuação criminosa no Brasil, de acordo com a Lava-Jato, o Grupo Techint, com ordem “da alta administração do grupo ítalo-argentino”, ofereceu e pagou, entre 2008 e 2013, US\$ 12 milhões para o então diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque, como contrapartida à contratação da Confab Industrial para fornecer tubos para a Petrobras.

Documentos da investigação indicam que o pagamento foi viabilizado em contas bancárias suíças titularizadas em nome de Renato Duque e efetuado em 2008 por representantes da Confab no Brasil, sócios da BSN Comércio e Representações Eireli.

De 2006 até a saída de Duque do cargo, a Confab celebrou contratos com a Petrobras de mais de R\$ 3 bilhões, segundo o MPF. Documentos entregues à Lava-Jato por autoridades italianas mostraram que as transferências ilícitas passaram a ser feitas diretamente pela administração do Grupo Techint a um operador financeiro ligado a Renato Duque.

Em nota, a Techint afirmou que “essa investigação foi iniciada em 2014, e a empresa forneceu todas as informações solicitadas.”

A Andrade Gutierrez disse, em comunicado, que “segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o Ministério Público Federal, com a Controladoria Geral da União, com a Advocacia Geral da União e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica”, inclusive na operação deflagrada ontem.

Por meio da assessoria de imprensa, a Odebrecht afirmou que desde que assumiu compromisso de firmar colaboração premiada com a Lava-Jato, em março de 2016, “tem colaborado de forma permanente e eficaz com as autoridades, em busca do pleno esclarecimento de fatos.”

Fundado em 1945 pelo italiano Agostino Rocca, o conglomerado Techint tem hoje sede em Buenos Aires e atua nos setores de Engenharia e Construção, produção de tubos de aço (Tenaris), fabricação de aços planos e longos (Ternium), exploração e produção de petróleo e gás (Tecpetrol) e na prestação de serviços e tecnologia em metais e mineração (Tnova).

No ano passado, o grupo Techint teve receita de US\$ 23,49 bilhões. Com 57 mil empregados, é comandado por Paolo Rocca, um dos filhos do fundador. Já o negócio de Engenharia e Construção teve receita global de US\$ 1,6 bilhão, com carteira de encomendas de obras de cerca de US\$ 1,2 bilhão.

No Brasil, a Techint Engenharia e Construção S.A-que foi a empresa alvo da Operação- teve receita de R\$ 643,4 milhões em 2018, com lucro líquido de R\$ 72,6 milhões, conforme a **Valor** 1000, com base no balanço da empresa. A entrada no país ocorreu em 1947, quando abriu filial em São Paulo. Três anos depois fez a obra do gasoduto Santos-São Paulo, de 160 km. A carteira de encomendas da empresa, no fim do ano passado, era de US\$ 269 milhões (cerca de R\$ 1 bilhão) **Colaboraram Ivo Ribeiro, de São Paulo, e Alessandra Saraiva, do Rio**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: BR vê ganho com abertura do refino

Venda de refinarias da Petrobras cria novas oportunidades para a distribuidora

Três meses depois da privatização, a BR Distribuidora dá os primeiros passos como empresa de controle pulverizado e, sem as amarras da gestão estatal, deu início à implementação de medidas para reduzir custos e aumentar sua rentabilidade. A companhia se prepara para a abertura do mercado brasileiro de combustíveis. Em meio à entrada de novos concorrentes na distribuição e à quebra do monopólio da Petrobras no refino, o presidente, Rafael Grisolia, vê “oportunidade gigante” para a distribuidora com o novo momento da indústria de óleo e gás.

A expectativa da BR, de acordo com o executivo, é se valer da posição de principal compradora de derivados para conseguir melhores condições comerciais. Entrar no refino, com a aquisição dos ativos da Petrobras, está descartado.

“A Petrobras, por razões legítimas dela, trata todas as distribuidoras de forma igualitária. Ela precisa fazer isso por uma questão antitruste. Não tenho um milímetro de diferença em relação à menor distribuidora [na negociação de contratos de suprimento]. Vejo uma oportunidade gigantesca para a BR. A partir do momento em que as refinarias não pertençam a um só agente, poderemos estar livres dessa amarra que se impõe para nós, que é [o dono da refinaria] não nos enxergar como seu principal cliente”, afirmou, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

Questionado sobre o interesse da Ipiranga e Raízen pelas refinarias da Petrobras, o executivo disse que não teme uma eventual verticalização de seus

principais concorrentes. Segundo Grisolia, a BR buscará a aproximação comercial com os novos agentes do setor, “seja lá quem comprar” os ativos. Ele cita que, no etanol, por exemplo, a Raízen não deixa de negociar o biocombustível com distribuidoras concorrentes.

“A Raízen não usa disso [verticalização] para subsidiar um negócio com outro. Não faz sentido gastar bilhões numa refinaria para subsidiar [uma distribuidora]. Não é racional”, comentou.

Segundo Grisolia, a BR vem se preparando para “aproveitar bem” as oportunidades da abertura do setor de combustíveis e que um dos direcionamentos da empresa é aumentar a sua eficiência. Ele conta que, agora privada e sem se submeter mais à Lei das Licitações, a BR já começou a mapear oportunidades para cortes de custos.

Nesse sentido, a companhia está passando um pente-fino nos seus contratos com fornecedores. A BR tem hoje um estoque de R\$ 7 bilhões em contratos antigos, da época em que era uma estatal, e vê espaço para otimizações.

“Estamos indo [analisar] contrato a contrato, desde limpeza a manutenção e engenharia”, afirmou.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	24/10/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Prejuízo da CSN

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) fechou o terceiro trimestre com prejuízo atribuído aos acionistas de R\$ 992,9 milhões, revertendo lucro de R\$ 721,5 milhões obtido no mesmo período de 2018. O resultado negativo foi resultado da combinação da queda da receita líquida, o avanço de três vezes das despesas operacionais e o aumento de 98,5% da despesa financeira líquida. A receita da companhia recuou cerca de 2,6% no período, indo de R\$ 6,1 bilhões para R\$ 6 bilhões, com o menor volume de vendas de aço no mercado externo e realizações de preços menos favoráveis na mineração. O lucro bruto caiu 12,3%, para R\$ 1,6 bilhão.

Minério de ferro sobe

Os preços do minério de ferro transoceânico fecharam em alta pelo segundo dia consecutivo ontem. A tonelada da commodity com grau de pureza de 62% negociada no porto chinês de Qingdao teve valorização de 0,58%, para US\$ 87,18. Segundo uma corretora ouvida pela publicação especializada “Fastmarkets MB”, a elevação inicial pode ter resultado de reação a um “temor de interrupção no suprimento” após notícias de suspensão de atividades da Vale na barragem de rejeitos de Itabiruçu, mas é provável que os participantes do mercado tenham percebido que o impacto seria mínimo.

Equatorial obtém licença

A Equatorial obteve da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Semas) a licença de instalação para a implementação de todos os trechos da linha de transmissão do lote 23, arrematado em leilão em outubro de 2016. Os trechos incluem uma linha de transmissão de 500 quilovolts (kV) entre Vila do Conde e Marituba, dois trechos de linha de 230 kV entre Guamá e Utinga, a linha de 230 kV entre Marituba e Castanhal, além da subestação de Marituba. O projeto de linha de transmissão do lote 23 totaliza receita anual permitida (RAP) de R\$ 100 milhões.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	24/10/2019
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito — De São Paulo
Título:	EDP acredita em protagonismo do Brasil

Um dos executivos mais longevos do mercado global de energia, António Mexia, presidente mundial do grupo português EDP há mais de 13 anos, é categórico ao afirmar que o futuro da indústria, que atravessa o processo de transição energética, será baseado na eletrificação e por fontes renováveis. Neste cenário, o Brasil, em sua opinião, terá um papel de protagonismo mundial.

“Vivemos em um contexto de transição energética, em um mundo que será cada vez mais elétrico. E o Brasil tem condições extraordinárias, vai ter um papel de liderança a nível mundial”, disse Mexia, que veio ao país nesta semana.

À frente de uma empresa com faturamento global de € 3,3 bilhões (o equivalente a cerca de R\$ 15 bilhões) e um parque gerador de 27 mil megawatts (MW), ele aposta nas renováveis não só pelo aspecto ambiental, mas também pelo ponto de vista econômico.

“Quando comecei a vir para cá [Brasil], há 14 anos, e começamos com a estratégia das renováveis, as pessoas olhavam com algum ceticismo. Hoje, as formas mais baratas de energia são sempre as renováveis. E nisso o Brasil tem um potencial incrível”, disse, lembrando que Portugal registrou há dois meses o recorde mundial de preço mais baixo da fonte solar, de € 14,9 por megawatt-hora (MWh). No Brasil, no leilão de energia da semana passada, a fonte solar foi negociada a R\$ 84,39/MWh (cerca de € 18,5). “Quando cheguei na indústria, falávamos de praticamente € 600 [por MWh]”.

Não à toa, o Brasil responde por 20% do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) global e por 10% do resultado líquido do grupo EDP, que prevê investir R\$ 11 bilhões no país nos próximos três anos. A companhia tem 2,9 mil MW instalados de hidrelétricas e de 331 MW de parques eólicos. Para 2022, o plano é vender 300 MW de eólicas e construir 1,2 mil MW de projetos do tipo.

Na visão do executivo, o país reúne as condições para ser base de multinacionais, de vários setores, na América Latina, pela importância do seu mercado interno e pela possibilidade de que as companhias avancem para outros países a partir do território brasileiro.

Mexia vê um cenário favorável para o Brasil, composto por inflação baixa (pouco superior a 3%) e taxa básica de juros projetada em 4,5% no fim do ano. O PIB, porém, não reagiu. “É por isso que coisas como reforma da previdência e reformas fiscais são importantes”, afirmou. “A complexidade da estrutura fiscal do Brasil hoje ainda é um obstáculo ao crescimento”.

Ainda no campo do “dever de casa” que o Brasil precisa fazer, Mexia fez sonoro alerta para o problema do risco hidrológico, conhecido pela sigla GSF, que resulta em inadimplência de R\$ 7,6 bilhões no mercado de curto prazo de energia. “Temos aí um pacote no Senado que está um pouco parado, que seria importante que saísse, porque isso irá clarificar o investimento na hidroeletricidade.”

O presidente mundial da EDP também comentou sobre o debate em curso na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) relativo ao aprimoramento das regras para a geração distribuída - instalação de sistemas de geração, principalmente a energia solar, utilizados por consumidores finais. Ele elogiou a postura da agência de dar transparência ao assunto, porém entende que deveria haver um processo gradual de cobrança dos usuários pelo uso da rede de distribuição.

De forma geral, o foco do grupo no Brasil hoje se concentra em transmissão de energia e fontes de geração solar e eólica. “Estaremos com certeza nos leilões

de transmissão e de renováveis”, disse Mexia. Questionado sobre o interesse em eventual privatização da Eletrobras, o executivo disse que isso está fora dos planos. “É uma estrutura muito complexa. Neste momento, não é o nosso foco.”

Concentrado na transição energética e na queda dos custos das fontes renováveis, o presidente mundial da EDP afirmou ter convicção pessoal de que a mobilidade elétrica vai crescer significativamente no mundo, inclusive no Brasil. “A eletrificação dos transportes é um elemento decisivo para a descarbonização. A mobilidade elétrica é absolutamente vital”.

Apesar de reconhecer que as dimensões territoriais do Brasil aparentemente representam um desafio logístico para a mobilidade elétrica, ele lembrou que mais de 90% da utilização que as pessoas fazem dos carros são nas cidades. “Estamos falando de qualidade de vida nas cidades e a questão da poluição. O veículo elétrico, com energias renováveis, vai alterar de forma radical a qualidade de vida nas cidades”.

Para o executivo, a descarbonização e as mudanças climáticas são essenciais na atualidade. Por isso, é importante fazer o máximo possível para que o aumento da temperatura global seja limitado a 1,5 grau, e não a 2 graus. Pode parecer pouco, diz ele, mas muita coisa na natureza pode desaparecer com essa pequena diferença.

“O que parecia difícil no passado [a união de empresas concorrentes] se torna óbvia diante do atual cenário”, afirmou Mexia, durante evento, na terça-feira, onde a EDP reuniu montadoras e fornecedores de carregadores em um projeto para instalação de rede de carga ultrarrápida em São Paulo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Grupo muda estratégia para leilão

Leilão da Aneel de linhas de transmissão está marcado para dia 19 de dezembro

A EDP Brasil planeja uma mudança de estratégia para o próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 19 de dezembro. A companhia, que, até então, priorizava projetos que continham sinergias com outros ativos do grupo, estuda agora empreendimentos em outras regiões do país.

“Até agora, temos preferidos projetos que têm sinergias com as regiões onde estamos presentes. Mas o mercado está cada vez mais competitivo, por um lado, e menos líquido, tem menos projetos [ofertados]”, afirmou o presidente da EDP Brasil, Miguel Setas. “Portanto, estamos olhando para outros mercados, outras regiões do país, que não são exclusivamente aquelas onde estávamos focando para maximizar sinergias”, completou o executivo.

No leilão, serão oferecidos 12 lotes, com um total de 2.470 km de extensão de linhas, com investimentos previstos de R\$ 41 bilhões.

Em agosto, a EDP Brasil finalizou a aquisição dos direitos de concessão de um lote de 142 km de linhas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ampliando para 1.441 km a extensão em seu portfólio de projetos de transmissão.

Ontem, a companhia recebeu a licença de instalação para o último trecho de um lote de transmissão em Santa Catarina, que está com 43% das obras concluídas.

No terceiro trimestre, a EDP Brasil registrou lucro líquido de R\$ 354 milhões no terceiro trimestre, com crescimento de 15,3% ante igual período do ano anterior. Na mesma comparação, a receita líquida recuou 9,58%, para R\$ 3,439 bilhões, e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 14,6%, totalizando R\$ 778,8 milhões.

Segundo Setas, o resultado foi influenciado pela revisão tarifária das distribuidoras do grupo. Nos processos das concessões do Espírito Santo e São Paulo, houve aumento da base de remuneração de ativos. Na prática, a base reflete investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços que serão cobertos pela tarifa.

No caso da distribuidora do Espírito Santo, a revisão provocou aumento de 28,1% da base de remuneração líquida, com redução de 4,84% na tarifa média ao consumidor. Com relação à EDP São Paulo, a queda na tarifa de 5,33% veio acompanhada de aumento da base de remuneração líquida de 45,3%.

As duas revisões tarifárias aprovadas pela Aneel geraram, na prática, efeito contábil de R\$ 228 milhões com geração de valor às concessões das distribuidoras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: A vida da ‘nova’ BR depois da privatização

A nova BR Distribuidora, agora privada, se prepara para atuar menos como empresa de combustíveis e mais como uma companhia de varejo e energia, com uma gama mais ampla de oferta de produtos a seus clientes. O presidente da empresa, Rafael Grisolia, conta que está atento às mudanças de hábito no consumo. E que, embora a distribuição de combustíveis se mantenha como sua principal fonte de receita, a companhia toca uma agenda de reposicionamento em alguns de seus negócios.

Ao mesmo tempo em que pretende vender ativos não prioritários como termelétricas a diesel, a fabricante de asfalto Stratura e a distribuidora capixaba de gás natural ESGás - heranças do tempo de estatal -, a BR quer ampliar a sua atuação em conveniência e serviços financeiros. Além disso, a empresa, que é líder na distribuição de combustíveis, com 7,8 mil postos, 22,9% da rede total no Brasil, estuda a criação de comercializadoras (trading) de etanol, energia elétrica e de gás natural - segmento que faz a ponte entre o produtor e o consumidor final.

“Uma vez que a sociedade defina qual a energia que ela vai usar, queremos estar lá. Temos que estar preparados para a decisão que o cliente vier a tomar”, afirmou.

Segundo Grisolia, a empresa está atenta a mudanças na tendência de consumo, como a eletrificação da frota e o desenvolvimento do mercado livre de gás, entre clientes industriais.

À frente do comando da BR desde maio, Grisolia chegou à presidência da BR com a missão de preparar a empresa para a sua privatização. Concluída a oferta de ações que reduziu a fatia da Petrobras na distribuidora de 71,25% para 37,5%, em julho, ele lidera agora os novos rumos da companhia.

Filho de italianos, da Calábria, na ponta da “Bota”, na Península Itálica, o executivo carioca chegou ao comando da BR após passagem de dez meses como diretor-financeiro da Petrobras. Antes disso, Grisolia, engenheiro de formação com MBA em administração, foi diretor de finanças da própria BR, num momento em que a empresa se preparava para a abertura de seu capital. Foi CFO também na Inbrands e no grupo Trigo (dona das marcas Spoleto, Koni e Domino's Pizza) e, no setor de combustíveis, acumula experiência nas áreas financeiras da Esso e da Cosan.

Para Grisolia, a privatização da empresa marca a pulverização do controle da companhia, na qual a figura do controlador único, a Petrobras, dá lugar a uma gestão compartilhada onde todos os acionistas participam das decisões. Segundo ele, o novo momento se reflete no conselho da administração da BR, um terço dele composto por membros indicados pela petroleira estatal e o restante ocupado pelos demais investidores.

Concluída a privatização, a atenção de Grisolia se volta agora para a implementação de um pacote de dez iniciativas, com foco na redução de custos e aumento de sua rentabilidade. Na área de gestão de pessoas, o presidente da BR vê espaço para uma redução no quadro de funcionários “ao longo do tempo”. A companhia possui, atualmente, 5 mil empregados, dentre 3 mil efetivos e 2 mil terceirizados.

“Não é legal e bacana fazer ‘downsize’ [redução de tamanho], mas é necessário. Vamos realmente precisar fazer, dentro de todas as técnicas possíveis e inimagináveis de otimizações. Temos uma quantidade maior de pessoas que nossos competidores de referência e ao longo do tempo vamos precisar ajustar novas estruturas”, afirmou Grisolia, citando que os seus principais competidores possuem, em geral, cerca de 3 mil funcionários. Os dois principais concorrentes da BR hoje são a Ipiranga e a Raízen.

O pacote para aumento da rentabilidade inclui ainda medidas como melhoria na eficiência de aquisição de produtos. Daí o interesse da empresa de entrar na comercialização de etanol e dar mais atenção à área de trading de importação de combustíveis.

Grisolia afirma que, na logística, a BR estuda um novo modelo de gestão da infraestrutura de armazenamento. A companhia já opera algumas de suas tancagens tendo outras distribuidoras como sócias, mas a ideia é buscar novas parcerias na área, para reduzir custos.

Dois outros pilares do pacote de medidas, o desenvolvimento dos negócios de conveniência e de serviços financeiros também seguirão a lógica de atração de parcerias. Na conveniência, Grisolia destaca que o negócio “possivelmente se traduzirá numa joint venture” com algum sócio que tenha expertise em varejo.

Ele explica que a distribuidora quer desenvolver o segmento por “dois caminhos”: o primeiro é aumentar o grau de penetração das lojas dentro da rede de postos da companhia, de 7,8 mil pontos. Hoje, esse percentual é de 17,5%, nível considerado baixo em relação à Ipiranga, que tem uma taxa de

penetração de 34,5%. O “segundo caminho” será tentar aumentar a fatia da BR no bolo do faturamento da rede de lojas franqueadas.

“Temos 1,2 mil lojas, elas vendem juntas R\$ 1,5 bilhão ao ano e nós pegamos nossos 5% a 6% de royalty. Quanto mais desse faturamento poderíamos capturar, oferecendo mais coisas, mais logística, serviço de TI, capturando mais dessa agenda?”, disse. Grisolia também comentou sobre a intenção de trazer um parceiro - “fintechs” são possibilidade - para desenvolver produtos financeiros.

“Precisamos ter soluções tecnológicas que facilitem a experiência do consumidor dentro do nosso ecossistema. Hoje todo mundo está caminhando para a desintermediação financeira. Nosso ecossistema tem quase 8 mil pontos de venda, nosso programa de fidelidade quase 13 milhões de pessoas inscritas. É um volume grande de transação, temos escala”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho e Rita Azevedo — Do Rio e de São Paulo

Título: Resultado da Petrobras refletirá expansão da produção

O expressivo crescimento da produção de petróleo e gás, impulsionado pelo desempenho no pré-sal, deve influenciar positivamente o resultado da Petrobras no terceiro trimestre deste ano, que será divulgado hoje, após o fechamento do mercado. O destaque da produção, porém, será compensado, em parte, pela queda do preço do petróleo no mesmo período, de acordo com previsões de analistas consultados pelo **Valor**.

A média feita pelo **Valor** com base em projeções de sete casas de análise - UBS, Morgan Stanley, BTG, Bradesco, Credit Suisse, Santander e XP - indicou um lucro líquido de R\$ 10,9 bilhões para o terceiro trimestre, com crescimento de 63,4% ante igual período do ano passado. Na mesma comparação, a média das projeções indica uma queda de 22,1% da receita líquida, para R\$ 76,5 bilhões, e um crescimento de 4,3% do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações), totalizando R\$ 31,1 bilhões.

Na última semana, a Petrobras reportou um crescimento de 14,6% da produção total de petróleo e gás natural no terceiro trimestre, ante igual período anterior, somando 2,878 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia). Considerando apenas a produção de óleo em campos nacionais - indicador

operacional da companhia mais acompanhado pelo mercado - o volume cresceu 16,9%, para 2,264 milhões de barris diários, na mesma comparação.

O aumento da produção doméstica de petróleo e a depreciação de 2% do Real motivaram a estimativa do Santander para Ebitda de R\$ 32,3 bilhões no terceiro trimestre, 8% superior em relação a igual período anterior. Segundo o banco, em relatório assinado por Christian Audi, Gustavo Allevato e Rodrigo Almeida, os dois fatores positivos deverão ser parcialmente compensados pela queda de 17%, na comparação anual, do Brent e por perdas de estoque no refino.

Na mesma linha, o J.P. Morgan destaca que o preço do petróleo recuou 9,7% no terceiro trimestre, ante o período exatamente anterior, o que deve pesar nos estoques de refino, com relação à Petrobras. O banco, no entanto, salientou que os números de produção reportados pela empresa no período entre julho e setembro foram muito fortes.

A XP prevê um lucro líquido de R\$ 7,413 bilhões para a Petrobras no terceiro trimestre deste ano, com crescimento de 11,6% ante igual período anterior. As estimativas da corretora refletem o aumento recente da produção de petróleo, margens internacionais de combustíveis de US\$ 6,1 por barril, câmbio de R\$ 3,97 e preço médio do petróleo de US\$ 62 por barril.

Mais otimista, o BTG Pactual projeta lucro líquido da Petrobras no terceiro trimestre de R\$ 13,7 bilhões. A estimativa considera o expressivo resultado da produção divulgado na última semana. “É ótimo ver que a companhia está começando a entregar em excesso as coisas que ela pode controlar”, ressalta o banco, em relatório assinado por Thiago Duarte, Pedro Soares e Daniel Guardiola.

No lado não-recorrente, o resultado da Petrobras será favorecido pela entrada em caixa de R\$ 9,6 bilhões provenientes da venda de participação na BR Distribuidora, cuja fatia da estatal recuou de 71,25% para 37%, e pelo ingresso de recursos relativos à antecipação de recebíveis da dívida da Eletrobras. Esses dois fatores, segundo o Credit Suisse, contribuirão significativamente para a redução do nível de alavancagem financeira da petroleira - um dos principais objetivos da atual gestão da companhia.

Por outro lado, o resultado será impactado negativamente pela provisão de R\$ 3,2 bilhões anunciada na última sexta-feira pela Petrobras. Segundo a estatal, o provisionamento ocorreu em decorrência de litígios envolvendo a empresa Sete Brasil; processo ambiental do Estado do Paraná; e litígios sobre participação especial e royalties envolvendo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O UBS, que trabalha com lucro líquido de R\$ 7,3 bilhões para a petroleira no período, estima que esse número tem potencial para chegar a R\$ 14,4 bilhões, considerando os impactos não-recorrentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Consumo fraco de aço impacta resultados do 3º tri

A baixa demanda por aço no país, principalmente pela indústria de bens de capital, e os altos custos do minério impactaram negativamente os resultados do terceiro trimestre das siderúrgicas brasileiras, segundo estimativas de bancos. De acordo com a XP Investimentos, os balanços devem vir fracos nesse período. Para a Gerdau, por exemplo, a instituição estima que a receita líquida no terceiro trimestre deverá atingir R\$ 10,44 bilhões, o que representa queda de 18,6% no comparativo com o mesmo período de 2018.

Já o lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda, na sigla em inglês), deverá alcançar R\$ 1,34 bilhão, um recuo de 33,1% na comparação anual. Já a depreciação estimada no lucro líquido será de 39,6%, chegando a R\$ 474,4 milhões.

“Esperamos resultados fracos, com preços baixos e crescimento de um dígito baixo no Brasil. Nos Estados Unidos, as margens devem ser impactadas por preços menores, embora os volumes permaneçam estáveis”, informa o relatório da XP.

Outra razão para esse desempenho da Gerdau no terceiro trimestre, de acordo com a XP, é a demanda fraca por aços especiais pelo setor de petróleo e gás nos EUA. “O mercado americano representa 55% das vendas do segmento”, ressalta a XP.

Para o Morgan Stanley, a Gerdau deverá apresentar receita de R\$ 10,38 bilhões no terceiro trimestre deste ano. No mesmo período de 2018, o faturamento líquido da companhia foi de R\$ 12,83 bilhões. Já o Ebitda, alcançará R\$ 1,21 bilhão no período. Em 2018, o indicador foi de R\$ 2,01 bilhões. O lucro líquido deverá ser de R\$ 135 milhões, contra R\$ 785 milhões em 2018.

Para o BTG, a receita líquida da Gerdau poderá alcançar R\$ 10,23 bilhões, o Ebitda algo em torno de R\$ 1,38 bilhão e o lucro chegará em R\$ 425 milhões.

Para a Usiminas, as estimativas também não são animadoras. Isso porque a siderúrgica depende muito do mercado interno, cujo consumo aparente está

fraco. Para a XP, por exemplo, a receita líquida no terceiro trimestre deverá permanecer estável em relação ao mesmo período de 2018, chegando a R\$ 3,87 bilhões. Já o Ebitda apresentará queda de 41,2%, alcançando R\$ 413 milhões. A siderúrgica deverá reverter o lucro no período e apresentar perdas de R\$ 7 milhões. “Os custos devem permanecer pressionados”, afirma o relatório da XP.

No Morgan Stanley, as estimativas para a Usiminas são de receita líquida de R\$ 3,98 bilhões no terceiro trimestre, uma pequena alta em relação ao faturamento de R\$ 3,86 bilhões de 2018. O Ebitda, de acordo com os analistas do banco, pode alcançar R\$ 554 milhões ante R\$ 703 milhões de julho a setembro de 2018. O lucro deverá ser menor nesse trimestre, mas não corre o risco de apresentar prejuízo, conforme as estimativas do Morgan Stanley. Passará de R\$ 264 milhões para R\$ 121 milhões neste terceiro trimestre.

O BTG acredita que a receita líquida da Usiminas chegará em R\$ 3,8 bilhões. O Ebitda alcançará R\$ 483 milhões e o lucro líquido R\$ 28 milhões.

Para o analista da Mirae Asset, Pedro Galdi, a demanda fraca por aço no ano vai influenciar os resultados no terceiro trimestre. “O setor automotivo, grande consumidor, está com desempenho fraco neste ano e isso vai ‘bater’ nas siderúrgicas agora. O atraso na aprovação das reformas foi a razão pela economia fraca”, afirmou Galdi.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Marli Olmos — De Tóquio

Título: Elétrico puro está longe das linhas locais de montagem

A indústria brasileira está, ainda, muito distante de começar a fabricar carros totalmente elétricos. O presidente da Nissan do Brasil, Marco Silva, calcula que a produção local só será economicamente viável quando as vendas desse tipo de veículo chegarem a pelo menos 5% do mercado total. De janeiro a setembro deste ano, a soma de elétricos e híbridos alcançou 0,3% das vendas de carros no país. Mas isso não o desanima. Para Silva, para manter-se viva no Brasil, a indústria precisa seguir, mesmo que a passos mais curtos, a trilha da eletrificação, que hoje define o desenvolvimento das próximas gerações de veículos no mundo.

“A indústria automobilística ainda depende da produção doméstica. Se quer oferecer novas tecnologias o caminho é fabricar localmente ou pagar altos

impostos na importação. O que não podemos é sucatear a indústria brasileira”, afirma. Mas, para isso, é preciso criar a demanda. Preços ainda elevados das baterias, que encarecem o carro, e a falta de infraestrutura costumam ser apontados como principais entraves.

A falta de investimentos para criar redes para carregamento de baterias não pode ser tratada como desculpa, segundo o responsável pela área de vendas da Nissan na América Latina, Ricardo Flammini. “A infraestrutura no Brasil e na Argentina está longe da perfeição, mas queremos começar a participar desse novo mundo. Senão, vamos ficar naquela história do ovo e da galinha. Ou seja, não vamos desenvolver o carro elétrico porque não temos infraestrutura ou não vamos investir em infraestrutura porque os volumes de vendas desse tipo de carro ainda são baixos?”, destaca.

A boa notícia, no entanto, é que novas tecnologias têm sido desenvolvidas para que modelos elétricos não dependam de tomadas e carregadores e, conseqüentemente, do desenvolvimento de infraestrutura pública.

A principal aposta nesse sentido são os veículos com motores elétricos movidos a célula de hidrogênio. Todas as montadoras asiáticas têm projetos nesse sentido. E os problemas de riscos de armazenamento do produto químico mais a necessidade de criação de uma nova infraestrutura de abastecimento já começam a ser superados.

Há três anos, a Nissan acompanha e testa trabalho de pesquisa da Unicamp que permite extrair a célula de hidrogênio do etanol brasileiro, o que elimina a necessidade de o carro carregar um tanque de hidrogênio. Nos próximos dias, a montadora vai fechar um acordo com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), da Universidade de São Paulo, que avança nesse sentido. Segundo Motohisa Kamijo, responsável por esse estudo na Nissan, a parceria com a área acadêmica brasileira servirá para o desenvolvimento de novos veículos em todo o mundo.

A Unicamp tem trabalhado no desenvolvimento de novo tipo de cana de açúcar, de tamanho menor, que permite o plantio em áreas também menores. Isso aumenta a eficiência. Já o trabalho do IPEN reduz ainda mais etapas em relação ao processo convencional porque elimina a necessidade de uma peça (chamada de reformador) na retirada de hidrogênio do etanol. “Eles têm um sistema único”, afirma Kamijo. Ele e integrantes de sua equipe viajam ao Brasil pelo

menos duas vezes por ano para acompanhar o trabalho desses centros de pesquisa.

No salão do automóvel de Tóquio, que será aberto ao público na sexta-feira, as montadoras também apresentam novas gerações de automóveis híbridos, nos quais o motor a combustão serve apenas para fazer o elétrico funcionar, sem participação no sistema de tração. Isso reduz ainda mais o consumo.

Embora positiva na busca de alternativas, toda essa tecnologia parece deixar o consumidor brasileiro cada vez mais distante da nova era dos automóveis. No Brasil, os problemas ainda são outros. “Tenho clientes esperando a próxima reunião do condomínio para pedir autorização para instalar o equipamento de recarga do Leaf na garagem”, afirma Silva, referindo-se ao modelo 100% elétrico, lançado no Brasil em julho ao preço de R\$ 195 mil, incluindo o equipamento de recarga rápida. Segundo o executivo, a Nissan tem trabalhado com governos municipais brasileiros para que o uso de carros elétricos seja uma questão prevista em planos diretores.

Toyota e Honda preferiram apostar inicialmente nos carros híbridos e somente agora entram no mercado dos 100% elétricos. Ambas optaram por começar nesse segmento com modelos ultracompactos. E, nos dois casos, as vendas começarão no Japão no próximo ano.

O charmoso e-Honda, apresentado à imprensa ontem no salão de Tóquio, leva quatro passageiros em espaço apertado. Mas traz outras inovações tecnológicas, como câmeras no lugar dos espelhos retrovisores. O BEV, da Toyota, é ainda menor, para duas pessoas.

Segundo o chefe de engenharia de produto da Honda, Kohei Hitomi, a demora para entrar nesse mercado foi estratégica. “Pesquisamos que tipo de veículo as outras montadoras não haviam lançado porque buscávamos uma identidade exclusiva para um modelo Honda, mais voltado para as cidades”, afirma.

Ao ser perguntado qual sistema acha melhor - híbrido ou elétrico - Hitomi diz: “depende do mercado”. Ele lembra que a China, por exemplo, tem um programa de estímulo ao uso de elétricos pela preocupação com a poluição do ar. E quanto ao Brasil, um mercado para o qual a montadora ainda não dedicou nenhum projeto de eletromobilidade? “O Brasil é um caso especial. Não vejo o desenvolvimento imediato”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/10/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Nordeste propõe taxa sobre energia do sol e do vento**

Medida ajudaria a socorrer o caixa dos Estados; especialistas dizem que não há fundamento jurídico nem técnico para cobrança

Senadores da Região Nordeste querem aproveitar a discussão da reforma tributária no Congresso para buscar mais receitas para seus Estados, que são grandes produtores de energia renovável e enfrentam dificuldades de caixa. O senador Marcelo Castro (MDB-PI) sugere a criação de royalties sobre energia solar e eólica na forma de uma emenda à proposta de simplificação dos impostos.

O texto é simples: inclui, na Constituição, como “bens da União”, os “potenciais de energia eólica e solar” e permite a possibilidade de cobrança de participação ou compensação financeira, em articulação com os Estados, na exploração desses recursos. A definição da alíquota dos royalties seria feita por meio de lei, que exige maioria simples na Câmara e no Senado, bem como os critérios de divisão desses recursos entre União, Estados e municípios.

Para o senador, não há diferença entre essa proposta e os royalties cobrados sobre petróleo, minérios e cursos de água com potencial de geração de energia – o que diverge, segundo ele, é o fato de que a energia solar e a eólica ainda não eram viáveis em 1988, quando a Constituição foi feita. “O vento não é propriamente uma jazida, mas tem em alguns lugares e em outros não. A minha emenda tenta fazer com que os Estados com potencial de vento e sol tenham algum benefício, já que hoje eles não têm nenhum”, disse.

O secretário estadual de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, disse que algum tipo de compensação – seja royalty ou imposto – aos Estados produtores é necessária, em razão das dificuldades financeiras que os governos vivem, pela transição rápida em direção a uma matriz limpa e pela desoneração de bens de capital usados na produção de energia, como baterias e turbinas de eólicas.

Controversa. A cobrança de royalties sobre sole vento é controversa. A taxa tem como origem uma solução econômica para resolver conflitos de direito de propriedade. No Brasil, a Constituição definiu que a posse de petróleo, gás natural, minérios e da água utilizada para geração de energia é da União – e o pagamento de royalties seria uma compensação pela cessão desse direito de propriedade a terceiros.

No caso de petróleo, gás e minérios, tratam-se de recursos finitos, e o fim da exploração tende a inviabilizar a economia das regiões atingidas. Para hidrelétricas, quase sempre há impactos irreversíveis nas áreas alagadas e que inviabilizam outras atividades – nesse caso, a cobrança se dá sobre a geração de energia, e não sobre a água em si. Em todos os casos, o royalty funciona como uma compensação às localidades atingidas.

Para especialistas, não há como comparar essas situações com a geração de energia solar e eólica. Vento e sol são recursos infinitos e sua exploração não inviabiliza outras atividades econômicas. Além disso, não há conflito de propriedade, pois outras pessoas podem utilizar, ao mesmo tempo, os recursos para outras finalidades – entre elas aquecer água para chuveiros e mover moinhos de trigo, por exemplo.

A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Élbina Gannoum, considera o conceito de royalty sobre vento inadequado. “O mesmo vento que gera energia bagunça os meus cabelos. Vamos ter de pagar pela brisa? Se o sol e o vento pertencem a alguém é a Deus, disse. “Quem vai pagar essa conta é o consumidor. Estarão taxando energia limpa no Brasil, enquanto o resto do mundo incentiva essa produção.”

Para o presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauer, não há fundamento jurídico nem técnico para esse tipo de taxa sobre a energia solar. “O sol é um recurso renovável, disponível e de uso democrático”, afirma. “O sol é também um recurso imprescindível para agricultura e traz competitividade para a produção nacional. Vão taxar o agronegócio?”, questionou.

Uma proposta alternativa para contribuir com os Estados produtores é a do senador Jean-Paul Prates (PT-RN). Ele defende uma redistribuição dos recursos arrecadados com ICMS sobre energia, hoje concentrados no destino, para a origem. Essa proposta, segundo ele, reequilibraria a arrecadação entre os Estados e beneficiaria o Nordeste.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Cliente da Shell nega relação com acidente

A Super-Eco Tankers Management, empresa que comprou tanques da Shell encontrados em praias do Nordeste, confirmou ao Estado que atua com o transporte de óleo em águas brasileiras, mas negou que tenha ocorrido

acidente com seu navio- tanque. No dia 17 de outubro, a fabricante Shell encaminhou os nomes de dois clientes que compraram os tambores encontrados no meio do piche que polui as praias nacionais.

O primeiro é a empresa Hamburg Trading House FZE, uma distribuidora com base nos Emirados Árabes, que adquiriu 20 tambores atrelados ao lote encontrado na costa brasileira. O segundo cliente é a empresa Super- Eco Tankers Management, que tem base em Monróvia, na Libéria, e sede na Grécia. A Super-Eco Tankers, segundo a Shell, comprou cinco tambores relacionados ao lote do tonel encontrado no Brasil. O Estado enviou uma série de perguntas à matriz da Super-Eco Tankers. Em resposta, a empresa afirma que seu “navio- tanque Elektra, sob a gestão da Super- Eco Tankers Management Inc. opera em águas brasileiras transportando apenas óleo refinado para exportação”.

Segundo a empresa, “a embarcação não está envolvida no transporte de petróleo bruto e, portanto, não está conectada ao petróleo encontrado nas praias brasileiras”. A companhia afirma ainda que “o navio nunca esteve envolvido em nenhum incidente relacionado à poluição por óleo”. A Marinha e a Polícia Federal acionaram a empresa para que preste informações. A Shell já declarou que os tambores não foram produzidos ou comercializados pela Shell Brasil e se trata de embalagem usada para guardar produto diferente do petróleo que polui o litoral.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: ‘O ESTRAGO NO MAR É ENORME E PODE FICAR MAIOR’

Direto da Fonte:

Veterano conhecedor dos desafios ambientais do País e do planeta, tendo passado pelo governo FHC para cuidar de biodiversidade e florestas, José Pedro de Oliveira Costa se diz “estupefato” com a sequência de más notícias na vida ambiental brasileira. Primeiro, o que chama de “desmonte” do ministério, depois as queimadas na Amazônia, agora a invasão da costa do Nordeste por óleo derramado em alto mar, de consequências ainda imprevisíveis. Ao avaliar, nesta entrevista, esses vazamentos, ele conclui: “O fato é que não temos meios de saber onde o petróleo está, no fundo do mar, nem o tamanho desse depósito. O estrago, que hoje é enorme, pode ficar ainda maior”.

Como analisa o episódio dos vazamentos de óleo na costa do País, entre Bahia e Ceará?

O que me parece é que demoraram pra encarar o desafio em sua real dimensão. Depois vimos autoridades federais e estaduais batendo boca, revelando desconhecimento do problema real. A Marinha entrou, agora o Exército. Mas não se sabe bem qual o foco da ação nem qual a estratégia para o futuro.

Qual o seu balanço sobre os estragos dos vazamentos?

As consequências serão catastróficas. Primeiro aparecem as turísticas, com impacto econômico, cancelamento de viagens etc. Mas o crucial mesmo é saber o que está acontecendo “lá embaixo”. O petróleo atingiu muito, ou pouco, os corais? E os recifes, os manguezais? De que modo afetam peixes, moluscos, caranguejos ou tartarugas que dependem deles para se alimentar e se reproduzir? Quanto tempo isso ainda vai durar? A verdade é: o estrago no mar é enorme e pode ficar ainda maior.

Não há alternativa para a vida que circula nesses ambientes?

Não dá pra saber. O mangue, por exemplo, é um berçário, uma junção de água doce com salgada. A água fica ali parada, na calmaria, folhas caindo, detritos acumulando, cria-se uma massa orgânica de alto poder alimentício. Aí você cobre tudo de petróleo, interrompe a reprodução. Com os corais, a mesma coisa. Há santuários especiais, como os de Alagoas e Paraíba e não se sabe ainda como estão.

Como isso é protegido em tempos normais?

Temos um Código Florestal que é de 1937 e foi atualizado uma ou duas vezes. Mas o petróleo estando submerso não é simples saber onde ele está.

O sr. já falou em “princípio de precaução”. De que se trata?

É uma forma de controlar riscos. O primeiro item é evitar que aconteça. O segundo, havendo acidente, é estar preparado para combatê-lo, minorar seus efeitos. O terceiro é esclarecer responsabilidades. O que me surpreende é que, com a tecnologia existente, ainda não tenham ideia exata do que ocorreu. A tecnologia não tem ideologia. Mas precisa de disposição pra se aplicar.

O que o governo pode fazer para reduzir os danos?

Sempre é possível estabelecer um plano. Mas veja, dois meses depois de surgir o problema ainda tem gente recolhendo mais de uma tonelada de petróleo numa praia...

Outros países dispõem de melhor tecnologia que a nossa? Poderiam ajudar?

O Brasil, em muitos casos, tem preparo e tecnologia de ponta, no mesmo nível de outros países. Mas na contramão disso as autoridades do governo perderam a credibilidade internacional ao passar ao mundo a mensagem de que não estão se incomodando com as questões de meio

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Priscila Mengue ENVIADA ESPECIAL / RECIFE

Título: Óleo afeta mercado de pescado e estudo da UFBA alerta sobre contaminação

Ambiente. Os poluentes dificultam a ação dos pescadores, que também são obrigados a congelar peixes; o Instituto de Biologia da Federal da Bahia realizou pesquisa com 50 animais marinhos e detectou metais pesados. A população já teme consumir frutos do mar

Felipe Goldenberg Milena Teixeira ESPECIAIS PARA O ESTADO

As manchas de óleo que atingem o Nordeste já prejudicam o mercado de pescado. Os poluentes dificultam a ação dos pescadores e pesquisas já orientam que se evite comer produtos das regiões afetadas. O Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) realizou uma pesquisa com 50 animais marinhos e detectou metais pesados em todos eles. No organismo humano, essas substâncias podem causar náuseas, vômito, enjoo, problemas respiratórios e arritmia cardíaca, entre outras consequências nocivas.

O professor Francisco Kelmo, da UFBA, explica que, assim que o óleo chega à costa, o material se deposita em rochas, areias e manguezais, que são onde mariscos, caranguejos, ostras e siris se alimentam. Quando esses animais filtram a água do mar, o petróleo entra no sistema respiratório. Em alguns casos, morrem por asfixia; em outros, o metal pesado se deposita no tecido. “Pela cadeia alimentar, esses metais pesados são transferidos para nós, o que é algo extremamente perigoso.” Como metais pesados não são excretados pelo ser humano, esses resíduos ficariam dentro do corpo pelo restante da vida.

Para ele, o cenário de contaminação de animais e da costa pode levar ao menos dez anos para ser revertido, “isso se todas as manchas forem retiradas”, até as que ficam por baixo da superfície. Um estudo detalhado será lançado amanhã. Já para Magno Botelho, biólogo e especialista em meio ambiente da Universidade Presbiteriana Mackenzie, haverá “contaminação a longo prazo”. “Mas saber a quantidade de óleo vazado é fundamental para que possa ser feito um prognóstico mais apurado.”

Mercado. As manchas de óleo que atingem as praias têm afetado a produção e a venda de pescadores e marisqueiros da Bahia há duas semanas. Consumidores estão receosos em comprar frutos do mar. É o caso da estudante de Engenharia Estefane Caetano, de 25 anos. Mãe de um bebê de 5 meses, conta que está com medo de ingerir camarões. “Eu sempre comia peixe, porque moro perto da praia, mas vou passar um bom tempo sem comprar, especialmente porque tenho um bebê e tenho medo de que alguma coisa passe para o meu leite.”

O estudante de Direito Gabriel Martins, de 18 anos, também afirma que vai passar um tempo sem comer peixe. Ele tomou a decisão depois de ir à Praia de Vilas do Atlântico, em Lauro de Freitas (BA). “A água foi afetada e tenho certeza de que vai passar para os peixes.” Enquanto isso, os pescadores estocam ou jogam fora peixes, mariscos e camarões. Alguns viram a renda média mensal, de R\$ 1 mil, cair mais de 80%. Na cidade do Conde, no interior da Bahia, por exemplo, cerca de 2 toneladas de peixes estão em freezers.

“A gente até tem peixe, mas ninguém quer comprar”, diz o presidente de um grupo de pescadores, Givaldo Batista Santos. Frutos do mar são uma das maiores fontes de renda da cidade: cerca de 2 mil pessoas vivem exclusivamente disso. De acordo com a Bahia Pesca, estatal do governo baiano responsável por fiscalizar e fomentar o trabalho de pescadores, 16 mil trabalhadores foram afetados. Na colônia de Itapuã, em Salvador, são 400 quilos guardados em freezers. “Todo mundo está reclamando nas peixarias”, diz o presidente do grupo, Arisvaldo Filho. “A gente não consegue vender porque a população está com medo de comer o peixe com petróleo.”

Na maior colônia de pesca do Estado, que fica no Rio Vermelho, em Salvador, os 5 mil trabalhadores se viram obrigados a jogar no lixo toda a produção de um dia de trabalho: 250 quilos de peixe. O pescador e presidente da colônia, Marcos Antonio Chaves Souza, diz que o movimento caiu porque o governo baiano os orientou a não comercializar os pescados. A Bahia Pesca não confirmou a informação ao Estado; a orientação seria para “não pescar nas áreas atingidas”.

Em Pernambuco, pescadores também temem o impacto do óleo. “Hoje é um sacrifício de horas para pegar peixe, que não está conseguindo entrar na barra por causa do óleo”, lamenta Valter Dionisio Santana Júnior, de 39 anos, de Jaboatão dos Guararapes. “Ainda se pega uma quantidade, mas está diminuindo cada vez mais.” As manchas já atingiram 233 localidades em todos os Estados do Nordeste, segundo o Ibama. Mais de mil toneladas do poluente foram recolhidas. / COLABOROU GILBERTO AMENDOLA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/10/2019****Seção: Metrópole****Autor: Roberta Jansen / RIO****Título: Derrame em operação no mar está sob investigação**

Troca de óleo pode ter causado mancha; suspeita recai sobre navios clandestinos

Uma operação malsucedida de transferência de óleo de um navio em movimento para outro, conhecida como “ship to ship underway”, transformou-se em uma das hipóteses para explicar o vazamento em alto-mar que provocou o desastre ambiental no Nordeste brasileiro. Relativamente comum, a manobra é segura quando feita oficialmente. Mas, longe da costa e da fiscalização, pode ter sido executada de forma irregular e causado o acidente. Quando o óleo é extraído de plataformas em alto-mar e precisa ser transportado para terra, é necessário o uso de um navio especial, com posicionamento dinâmico.

Trata-se de um equipamento que oferece estabilidade à embarcação, para que ela fique parada e possa receber o petróleo em seus tanques. O uso dessa aparelhagem, porém, encarece o frete do navio. Por isso, a tendência dos transportadores é, o quanto antes, transferir esse óleo para uma embarcação comum. A operação pode ser feita no porto mais próximo, com os dois navios parados em um ambiente seguro, ou em mar aberto, com os dois navios em movimento. Nesse caso, a manobra é um pouco mais arriscada. Números.

Dados da Marinha do Brasil e das empresas petrolíferas mostram que em 2018 o equivalente a 77 milhões de barris de óleo foram exportados por meio de operações “ship to ship”. Este ano, somente até setembro, o volume já chega a 69 milhões de barris. Os números são referentes apenas a operações realizadas na costa de São Paulo, onde são autorizadas. No Brasil, os procedimentos técnicos e administrativos para obtenção de uma autorização ambiental para esse tipo de operação foram regulamentados pelo Ibama em 2013. Também é necessário o aval da Marinha, que define a área onde as atividades podem ser realizadas. Quando ocorrem nos portos, as transferências são consideradas mais seguras.

Mesmo em caso de acidente, há mais condições de correção imediata. Em mar aberto, há fatores de risco adicionais, como condições climáticas adversas, rompimento das mangueiras de conexão entre os navios e limitação da capacidade de resposta a eventuais acidentes. E há ainda a hipótese mais provável no caso de acidente: operações irregulares, feitas por navios fantasmas – que estão fora dos radares. “A operação ‘ship to ship’ é comum, normalmente

feita em áreas específicas, com as devidas autorizações”, explicou o engenheiro naval Floriano Pires, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ).

“Pode haver um vazamento? Pode. Mas o sistema tem redundâncias e controles. Seria incomum numa operação ‘ship to ship’ normal um vazamento de óleo tão grande. Teria de ser uma operação irregular, clandestina, sem o mínimo de cuidado.” A engenheira naval Gabriela Timmerman, especialista em “ship to ship”, dona da consultoria Iskra, concorda com o colega. “A operação tem diversos mecanismos de segurança e, se houver um vazamento, ela é automaticamente interrompida”, explicou. “Para um vazamento desse volume, o mais provável é que tenha havido algum outro problema, como uma avaria grave de casco ou uma explosão dentro do navio.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: CÉLIA FROUFE, CORRESPONDENTE

Título: Governo cobra a Venezuela; CPI do Óleo é protocolada

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fez um pronunciamento em rede de TV e rádio para divulgar o que o governo está fazendo sobre a questão do óleo nas praias nordestinas. Segundo ele, o presidente Jair Bolsonaro determinou envio de solicitação formal à Organização dos Estados Americanos (OEA) para que a Venezuela se manifeste sobre o material coletado – anteriormente, o país já havia dito que não tem ligação com o caso.

Ainda em Brasília, por iniciativa do deputado João Campos (PSB-PE), foi protocolada ontem a CPI do Óleo. O requerimento ganhou apoio no Congresso. Segundo Campos, foram mais de 230 assinaturas dos 25 partidos da Casa.

Há dúvidas, porém, sobre a continuidade do processo. “No Nordeste (onde o óleo foi encontrado nas praias), quase todos os governos são de esquerda. Não posso ter uma CPI que transforme o governo em responsável. Esse jogo não pode ser construído no Parlamento”, disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, em Londres.

“Temos de saber o limite de cada Poder”, argumentou a jornalista. Segundo ele, dificilmente o Congresso terá como avançar mais sobre o tema se nem o Executivo tem conseguido progressos, apesar de ter mais ferramentas disponíveis. “Ouvi deputado dizer que é preciso descobrir de onde veio o óleo. Se nem o governo descobriu...”

Ele sugeriu que o trabalho do Legislativo seja em outras linhas, como verificar se o governo falhou ou se a Marinha atrasou a ação devida.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/10/2019

Seção: Economia

Autor: Cleide Silva - ENVIADA ESPECIAL / TÓQUIO

Título: Nissan mostra solução brasileira no Japão

Montadora japonesa apresentou, no Salão do Automóvel, projeto que permite uso de etanol para gerar hidrogênio da célula de combustível

Em evento em que carros elétricos são a principal atração, a Nissan anunciou ontem, em Tóquio, no Japão, que um projeto iniciado no Brasil pode ser uma nova alternativa global para o futuro dos chamados carros verdes. O uso do etanol de segunda geração para produzir a energia de veículos movidos a célula de combustível já é visto como “comercialmente viável” pelo presidente da Nissan do Brasil, Marco Silva, embora ainda sejam necessários vários testes para confirmar sua viabilidade.

Em parceria com universidades brasileiras e engenheiros da empresa no Brasil, Estados Unidos, China e Japão, a Nissan descobriu que pode usar o etanol extraído de cana geneticamente modificada para gerar o hidrogênio da célula de combustível. “Com isso, podemos reduzir o tamanho da bateria e aumentar sua eficiência, dispensar o reformador (equipamento que provoca a reação química necessária para gerar eletricidade) e, assim, reduzir custos”, diz.

A empresa iniciou em 2016 os estudos no Brasil para usar o etanol nas células de combustível, tecnologia que praticamente elimina toda a emissão de poluentes. Agora, em sua segunda fase de testes em conjunto com a Universidade de Campinas (Unicamp) e o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), ligado à USP, o projeto começa a se mostrar viável comercialmente e, segundo Silva, poderá ser adotado de forma global. “Não é um projeto só do Brasil.” Os testes até agora foram feitos em uma van da Nissan, a NV200, e o próximo passo será em automóveis, informa Motohisa Kanijo, engenheiro que lidera o projeto. “Acredito que esta seria a melhor solução econômica (para o carro a célula de combustível).”

Segundo ele, serão necessários mais cinco anos de estudos para chegar ao ponto de teste da tecnologia em automóveis. A solução, além de mais barata, dispensaria a necessidade de infraestrutura de abastecimento de hidrogênio em postos, pois todo o processo de geração de energia ocorreria dentro da célula de combustível. Como os projetos da indústria automobilística para reduzir

emissões de poluentes envolvem diferentes tipos de tecnologias, a Nissan apresenta no Salão do Automóvel de Tóquio o protótipo Ariya, o primeiro utilitário esportivo (SUV) elétrico da marca que em breve chegará ao mercado. A Honda também mostra seu primeiro automóvel 100% elétrico, o Honda-e, que será produzido no Japão a partir de 2020, assim como scooters também movidas a eletricidade.

Economia. Outra novidade da Honda é a nova geração do Fit, que chega ao Japão em versões híbrida e a gasolina. O Fit é o único modelo da mostra que virá para o Brasil, em data ainda não revelada. “Isso ocorrerá no momento certo”, limita-se a dizer o presidente mundial do grupo, Takahiro Hachigo. As apostas são de que o novo modelo chegue ao País em 2021, na versão flex. O executivo afirma ser “uma preocupação” para o grupo o fato de a economia brasileira não estar crescendo. Por outro lado, ele espera que a melhora nas vendas de automóveis “continue por um longo tempo”.

Tradicionalmente, um evento para mostrar tecnologias futuristas, o salão de Tóquio deste ano está mais voltado às tecnologias de combustíveis limpos e a maioria dos expositores apresenta produtos nessa linha, seja carro elétrico, híbrido e a célula de combustível. Veículos autônomos, vedetes do salão anterior, em 2017, estão nos estandes, mas sem o mesmo destaque dos elétricos. “Os autônomos começarão a chegar para usos específicos, mas ainda estão longe do dia a dia do consumidor, enquanto os elétricos já são uma realidade”, justifica Silva.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: NOVA POLÍTICA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que o debate sobre a proposta de pacto federativo, que será enviada ao Congresso na próxima semana, ajudará a criar uma “cultura de política fiscal responsável” 110 país.

Moeda

“No Brasil, não temos uma lei de independência do Banco Central, por exemplo. Mas já temos uma cultura de estabilidade monetária. Com a questão fiscal é o contrário”, afirmou ele à coluna.

Linha

O pacto federativo rediscutirá as regras que definem a distribuição de receitas e deveres de União, estados e municípios.

Tudo certo

Guedes afirmou ainda que só vai celebrar a reforma da Previdência quando a votação de todas as propostas chegar ao fim e elas forem promulgadas. Mas afirma que o Congresso fez, até agora, “um belo trabalho”.

Tudo certo 2

Ele reafirmou que, embora os parlamentares tenham diminuído a economia da reforma para a União, de R\$ 933 bilhões para R\$ 800 bilhões em dez anos, estados e municípios devem ser incluídos — e deixarão de gastar entre R\$ 340 bilhões e R\$ 400 bilhões.

Vamos esperar

“É melhor para o equilíbrio fiscal. Esperamos que a Câmara dos Deputados aprove [depois do Senado]. Estou bastante esperançoso”, disse.

Planilha

A lista de cargos que, segundo parlamentares, foi apresentada a eles pela deputada Bia Kicis (PSL-DF) para que escolhessem quais queriam preencher com indicações tinha postos do Ministério da Economia e especialmente do **Ministério das Minas e Energia**.

Planilha 2

Entre outros cargos foram listados gerências da Agência Nacional de Mineração (ANM) e consultorias e assessorias da superintendência regional da CPRM (Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais).

Planilha 3

Na pasta da Economia, foram apresentados cargos no INSS.

com Bruno B. Soraggi, Gabriel Rigoni e Victoria Azevedo

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 24/10/2019**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** TCU aprova o novo contrato que garante megaleilão do pré-sal

Licitação das áreas está prevista para 6 de novembro e pode garantir arrecadação de até R\$ 106 bi ao governo

Rio de Janeiro - O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou com ressalvas o processo de revisão do contrato de cessão onerosa, concluindo a última etapa para a o megaleilão do pré-sal, agendado para o dia 6 de novembro.

O TCU analisou a revisão de contrato de 2010 que cedeu à Petrobras o direito de produzir até 5 bilhões de barris do pré-sal em troca de ações para o governo no processo de capitalização da Petrobras.

Prevista no contrato para ajustar as condições econômicas dos projetos aviações de câmbio e preços do petróleo, a revisão era negociada desde 2006. O formato aprovado prevê o ressarcimento de R\$ 33 bilhões à estatal.

O valor será pago este ano, após a assinatura dos contratos com os vencedores do leilão —que oferece reservas excedentes aos 5 bilhões de barris aos quais a Petrobras tem direito. O restante da arrecadação será dividido entre União, estados e municípios.

Entre as ressalvas, estão críticas à demora nas negociações para a revisão e como o processo foi conduzido, a assimetria de informações entre a Petrobras e o Executivo e inconsistências nas fundamentações técnicas que levaram aos valores finais.

Para a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), as ressalvas não impedem o leilão. Segundo o diretor da agência Aurélio Amaral, a expectativa é que todas as quatro áreas sejam vendidas, garantindo ao Tesouro arrecadação de R\$ 106 bilhões.

A ANP habilitou 14 empresas para disputar as áreas. A francesa Total, já disse, porém, que não tem mais interesse porque o processo não oferece oportunidades para que seja operadora —função de coordenação das atividades em um consórcio petrolífero.

A Petrobras exerceu seu direito de preferência pelas duas maiores áreas e tem a alternativa de operar os projetos mesmo que perca a disputa para outras

empresas ou consórcios. Comisso, se comprometeu a gastar ao menos R\$ 21 bilhões no pagamento de bônus de assinatura.

Em leilões do pré-sal, esse bônus é fixo. Vence quem se dispusera entregar o maior volume de petróleo ao governo, que permitiu o parcelamento dos bônus desde que o ágio em volume de óleo supere 5%.

Os vencedores terão que ressarcir a Petrobras por investimentos já feitos nas áreas e pela perda de receita no curto prazo, já que a estatal terá que entregar parte do volume já em produção aos novos sócios. O mercado estima que o ressarcimento seja de R\$ R\$ 120 bilhões.

Segundo a ANP plataformas na área da cessão onerosa produziram, em setembro, média de 478 mil barris de petróleo e gás por dia. Até agora, a estatal já extraiu 121 milhões de barris, o equivalente a 2,42% do que tem direito.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/10/2019

Seção: Especial

Autor: Dhiego Maia e Angela Boldrini

Título: Greenpeace derrama óleo no Planalto, e PM prende ativistas por dano ao ambiente

São Paulo e Brasília- Integrantes da ONG Greenpeace fizeram, na manhã desta quarta-feira (23), protesto em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, contra o óleo que já chegou ao menos 200 pontos do litoral do Nordeste.

Os manifestantes simularam derramamento de petróleo no calçadão do palácio. Ainda que o protesto tenha sido pacífico, 19 ativistas foram detidos no gramado em frente ao Congresso e levados ao 50 DP da capital federal — eles poderão responder pela lei 9.0605/98, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Horas depois, eles foram liberados. “No final da manifestação, negociamos nossa saída. Saímos em fila indiana. Quando o grupo já estava indo embora, foi detido p ela Polícia Militar”, disse Tica Minami, diretora de Campanhas do Greenpeace Brasil. Segundo ela, os ativistas não resistiram à PM.

Ele s montaram instalações no calçadão do palácio que lembravam os incêndios recentes na Amazônia e o vazamento de óleo que se alastra pela costa brasileira, com frases “Brasil Manchado de Óleo” e Pátria Queimada, Brasil”.

Para formar as poças de petróleo, os ativistas despejaram no chão um líquido feito com amido de milho, farinha de tapioca, óleo de amêndoas, água e corante, que, diz a ONG, é sai facilmente com água.

O presidente interino, Hamilton Mourão, criticou o ato. “Vou convidar o Greenpeace para recolher óleo lá em vez de jogar óleo aqui, pó”, disse, alegando que o governo analisa declarar estado de emergência ambiental no Nordeste para ajudar na limpeza e na contenção das manchas de óleo.

Já o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chamou os ativistas de ecoterroristas. “Não bastasse não ajudar na limpeza do petróleo venezuelano nas praias do Nordeste, os ecoterroristas ainda depredam patrimônio público.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/10/2019

Seção: Especial

Autor: Matheus Moreira

Título: Além da origem, Brasil não sabe destino do óleo

Ibama, Marinha e Petrobras repassam responsabilidade sobre material recolhido; em PE, petróleo vai para empresa privada

São Paulo- Mil toneladas de óleo já foram retiradas do litoral nordestino, segundo o governo, mas seu destino é incerto. O Ibama, a Marinha e a Petrobras têm versões diferentes sobre o armazenamento do material, e os sites dos órgãos tampouco dão orientações sobre o que fazer com o petróleo recolhido — parte do trabalho de limpeza das praias é feita por voluntários.

Em nota, a Marinha diz que metade do material recolhido já teve “destinação final realizada”. Após a reportagem pedir detalhes, Alexandre Rabello de Faria, contra-almirante da organização, afirmou que, num primeiro momento, o acúmulo está sendo feito na Petrobras até a destinação final.

Já o Ibama afirmou que a orientação neste momento é que as prefeituras das cidades atingidas cuidem do armazenamento do óleo. “O Ibama e o respectivo órgão estadual vão mensurar após o incidente, o volume total recolhido por todos os atores (Petrobras, Marinha do Brasil, prefeituras e voluntários) e propor a melhor destinação: aterro para resíduos perigosos ou incineração em fornos de cimenteiras”, afirmou o Ibama.

O órgão não respondeu se o óleo está sendo armazenado como orientado.

Segundo funcionários de secretarias estaduais ambientais do Nordeste ouvidos pela Folha, o Ibama não está repassando informações às entidades municipais e estaduais.

Na cidade de Conde, na Bahia, por exemplo, sacos com óleo recolhido de praias foram deixados a céu aberto. A reportagem não conseguiu contato com a prefeitura até a publicação deste texto e o site do órgão está fora do ar.

Um profissional que acompanhou os trabalhos de limpeza e preferiu não se identificar disse que viu o óleo coletado em Cabo de Santo Agostinho (PE) ser enterrado, com ajuda de um trator, em um buraco na praia afastado do mar.

A reportagem ouviu relatos de que muitos sacos de plástico com óleo se rasgaram e despejaram o material no solo.

Procurada, a Petrobras não confirmou a informação da Marinha, tampouco respondeu aos questionamentos, reservando-se a dizer apenas que o Ibama é o responsável por definir o destino do material recolhido pela estatal.

Faria disse que a indústria do cimento tem interesse no óleo, mas ressalta que não há acordo firmado nem decisão do governo federal. Na terça (22), a Associação Brasileira de Cimento Portland confirmou o interesse em receber o material para usá-lo como combustível e matéria-prima para a indústria.

“Se viabilizado o uso, esse material será totalmente destruído, evitando assim novos impactos ambientais causados por um eventual descarte incorreto”, disse a associação, que representa dez grupos responsáveis por 80% da produção de cimento do Brasil.

Faria disse que, apesar da atuação do Ibama, os estados estão buscando caminhos próprios. “Há iniciativas de estados para a destinação direta do óleo em aterros de resíduos perigosos, devidamente lacrado e impermeabilizado.”

Em Salvador, as 104,8 toneladas recolhidas até quarta (23) estão armazenadas na Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana), segundo a prefeitura. O município diz seguir a orientação do Ibama desde o último dia 10, quando o óleo apareceu na capital baiana.

Em Pernambuco, o material está sendo entregue à empresa privada EcoParque Pernambuco. A companhia foi acionada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco no sábado (19). Desde então, 480 toneladas de óleo foram levadas ao centro de tratamento de resíduos da empresa.

Laércio Braga Chaves, diretor técnico da EcoParque, diz que o material será processado, misturado a resíduos industriais, triturado e peneirado para servir de combustível na indústria do cimento, substituindo o coque de petróleo, derivado refinado do óleo.

Já no Sergipe, a Secretaria de Meio Ambiente diz que o material tem sido recolhido por empresas terceirizadas pela Petrobras e levado para a Estação do Alto do Jericó, unidade da estatal, em Carmópolis.

Até o momento, pelo menos 233 locais de 88 cidades dos nove estados do Nordeste foram afetados pelas manchas de óleo que atingem a região desde 30 de agosto.

Nesta semana, as manchas chegaram às praias do Morro de São Paulo, o terceiro maior destino turístico da Bahia.

Nesta quarta (23), o governo federal decretou situação de emergência em São José da Coroa Grande, no litoral sul de Pernambuco. A praia do município foi a primeira a ser atingida após o ressurgimento do petróleo no litoral do estado há uma semana.

Segundo o Ministério Público Federal, é o maior desastre ambiental da história no litoral brasileiro em termos de extensão.

O governo ainda não se sabe qual a origem do petróleo. A análise do óleo, feita por Petrobras, Marinha e universidades do Nordeste, indica que o material é de origem venezuelana, o que não quer dizer que a Venezuela tenha ligação com o vazamento. O presidente Jair Bolsonaro disse ter “quase certeza” de que derramamento de óleo foi criminoso.

Colaboraram João Valadares, do Recife, e Phillippe Watanabe, de São Paulo; com Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/10/2019

Seção: Turismo

Autor: Ana Luiza Tieghi

Título: Com óleo e tudo, Nordeste é destino eleito para 2020

Nordeste ainda é a região mais buscada para o Ano-Novo

Vazamento de óleo que atinge praias desde o fim de agosto preocupa setor, mas destinos seguem em alta

São Paulo - Apesar das manchas de óleo que têm surgido no litoral nordestino desde o fim de agosto, a região continua sendo o sonho de consumo dos brasileiros para passar o próximo Réveillon. Segundo um levantamento feito no último dia 17 pela CVC, 6 dos 10 destinos mais procurados pelos clientes da agência para o período de Ano-Novo estão no Nordeste, incluindo o primeiro lugar, Maceió (AL).

O buscador de passagens aéreas Kayak também aponta a preferência pela região. Dos 10 lugares mais buscados para a data, 5 estão ali. A cidade de Ipojuca (PE), onde fica Porto de Galinhas, terceiro destino mais procurado pelos clientes da CVC, foi uma das atingidas pelo vazamento de óleo.

Foram duas ocorrências. A primeira delas, menor, aconteceu há seis semanas. Na sexta-feira (18), uma nova e maior leva de óleo chegou à cidade. A mancha não atingiu as piscinas naturais de Porto de Galinhas, mas ficou acumulada em praias vizinhas. A limpeza começou ainda na sexta e seguiu até o domingo (20).

“Foi uma operação de guerra”, diz Artur Maroja, vice-presidente da ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) de Pernambuco e dono de duas hospedagens na cidade. Defesa civil, moradores, comerciantes e até turistas foram mobilizados.

Maroja afirma que as praias da cidade estão limpas e que quem pretende visitar o local não precisa se preocupar. “Hoje, Porto de Galinhas está com uma ocupação de 85% nos hotéis, e os turistas estão aproveitando a praia quase normalmente”, diz.

Em nono lugar no ranking de destinos mais buscados na CVC, Maragogi (AL), famosa por suas piscinas naturais, também foi afetada pelo óleo, a partir do dia 16 deste mês. Ainda há vestígios do material por lá.

A praia de Carneiros (PE) — que de acordo com a operadora registrou aumento de 400% na procura de turistas para o Ano-Novo em comparação com o ano passado—foi mais uma das afetadas.

Lá, o óleo chegou no início de setembro e foi retirado. No final da semana passada, porém, apareceram novas manchas. A praia foi limpa, mas os visitantes ainda podem encontrar pequenos resíduos sob a areia.

O setor turístico está preocupado com uma onda de cancelamentos de reservas e uma queda na procura por novas viagens no verão.

Segundo Marina Figueiredo, vice-presidente da Braztoa, associação que reúne operadoras de viagem, se o problema continuar nas próximas semanas, a tendência é que as vendas para o Nordeste diminuam, mesmo em cidades que

não foram afetadas pelo vazamento. Em outubro e novembro é feita a maior parte das vendas para a alta temporada.

Marina afirma que pode acontecer alguma mudança nos destinos procurados pelos viajantes. “Difícilmente as pessoas deixarão de viajar.”

No segmento de luxo, os principais destinos na região —sul da Bahia, Jericoacoara e Fernando de Noronha— foram pouco ou nada afetados pelo vazamento, pelo menos até agora.

Parte dos clientes de luxo vem do exterior, mas por lá a divulgação do vazamento não está forte, segundo Martin Frankenberg, presidente da BLTA (associação nacional de turismo de luxo).

Ele espera que até dezembro a questão já esteja resolvida. “Ter um problema dessa natureza nessa época do ano é a pior notícia possível, porque o setor ganha dinheiro agora para se sustentar na baixa temporada”, afirma.

Além dos hotéis e das agências de turismo, uma queda no número de viajantes na região afetaria também os moradores locais que trabalham com o turismo, como vendedores de quitutes, motoristas, artesãos e pescadores. “O desastre é ambiental e social”, afirma Maroja.

Ao menos 200 locais de 77 cidades, em todos os estados nordestinos, registraram a presença do óleo —a última atualização oficial sobre a incidência do material, feita pelo Ibama, é de sábado (19).

Mesmo as praias que já foram limpas podem ser fonte de contaminação para os visitantes. Segundo Olívia Oliveira, diretora do Instituto de Geociências da UFBA (Universidade Federal da Bahia), depois que as manchas de óleo são retiradas elas deixam micropartículas que os seres humanos não conseguem enxergar. Além disso, o petróleo pode ficar escondido sob a areia.

“Às vezes, apessoa anda três metros na praia e fica com o pé manchado, porque a substância está um centímetro abaixo da superfície.”

O material pode causar alergias. Quem tiver contato com o óleo deve limpar a pele com água e sabão e, caso não saia, usar óleo vegetal ou mineral. Mesmo regiões que não registraram manchas podem ter resquícios do material nas águas. “Não é porque você não está vendo que a praia está totalmente livre do óleo”, afirma Oliveira.

De acordo com a pesquisadora, a tendência é que o petróleo que ainda está no mar se solidifique cada vez mais, o que facilita a sua retirada. Porém, a

contaminação estará presente durante anos, principalmente em rochas e nas regiões de mangue.

O Procon-SP se pronunciou sobre eventuais cancelamentos de reservas para as praias do Nordeste. Segundo o órgão, os fornecedores turísticos, como hotéis, agências e companhias aéreas, não são obrigados a ressarcir os clientes em caso de desistência, já que a situação no litoral não foi causada por eles.

Mesmo assim, é indicado que as empresas ajam com boa-fé e busquem um entendimento com os consumidores, com opção de mudança na data da viagem ou de devolução de valores.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/10/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: TCU aprova acordo, e Congresso dá aval a pagamento da Petrobras

BRASÍLIA- O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem os termos da revisão do contrato de cessão onerosa de campos de petróleo firmado entre a União e a Petrobras. A revisão do contrato permite o megaleilão do pré-sal, marcado para 6 de novembro, no Rio, com o qual o governo espera arrecadar R\$ 106,5 bilhões. A Petrobras receberá R\$ 34,6 bilhões desse total, valor definido pelo acordo.

Também ontem, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei que abre crédito especial no Orçamento deste ano para o governo federal pagar à Petrobras por contado contrato.

O projeto e o aval do TCU para o acordo eram os últimos passos necessários para dar segurança jurídica para a licitação e garantir a realização do leilão.

O projeto permite ainda, ao governo, pagar R\$ 2,68 bilhões a estados, o mesmo valor para os municípios, e mais R\$ 536 milhões extras para o Rio — por ser onde estão os campos que serão leiloados — em 2019. No total, o Rio receberá R\$ 2,3 bilhões.

O valor previsto para estados e municípios em 2019 representa um quarto do total que os governos regionais devem receber, segundo os critérios já aprovados pelo Congresso.

O repasse do dinheiro aos entes regionais será parcelado porque o governo federal também deve receber os valores em duas parcelas.

Se as empresas decidirem parcelar, o Tesouro receberá R\$ 70,7 bilhões em 2019 e R\$ 35,7 bilhões em 2020.

Já a Petrobras irá receber todo o valor em 2019.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: E se o leilão da cessão onerosa não arrecadar os R\$ 106,5 bi?

O otimismo é consensual no setor de óleo em relação ao leilão da ANP, dia 6, dos quatro campos da chamada cessão onerosa. Mas há quem ache que o governo não deveria ficar batendo na tecla de que vai arrecadar R\$ 106,5 bilhões (dos quais R\$ 2,3 bilhões vão para o Rio). Vai que — toc, toc, toc — um dos campos não seja vendido? Afinal, leilão, como o futebol, é uma caixinha de surpresas. O temor dessa turma é passar a ideia de que o leilão, nesse caso, fracassou.

Tão perto... tão longe

Dois fundos estrangeiros, Lone Star e Castle-lake, que querem receber seus créditos, estimados em R\$ 1 bilhão, antes dos demais credores da Athos, em recuperação judicial, estão atrasando um acordo em torno desse braço sucroalcooleiro da Odebrecht. Esse acordo com os demais credores bancários, inclusive o BB e o BNDES, inclui previsão de pagamento integral de cerca de R\$ 8 bilhões.

No mais...

O ministro Ricardo Salles, ontem, na TV, ao falar sobre o óleo derramado no Nordeste, agradeceu aos voluntários, mas omitiu que muitos deles pertencem a ONGs nordestinas ligadas ao meio ambiente. De qualquer forma, o trabalho do governo, notadamente o das Forças Armadas, na região, após a tragédia, tem sido quase sempre louvável.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: LEANDRO PRAZERES E VINICIUS SASSINE

Título: Brasil questiona Venezuela sobre óleo

Governo federal recorre à OEA para pedir explicações do país vizinho

BRASÍLIA- N o 54º dia do derrame de petróleo que já contaminou 88 municípios nos nove estados do Nordeste — e segue se expandindo, sem que se saiba sua origem ou quando irá parar —, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fez um pronunciamento em rede nacional para apresentar as ações tomadas até agora pelo governo federal.

Salles afirmou que o presidente Jair Bolsonaro enviou uma solicitação formal à Organização dos Estados Americanos (OEA) para que a Venezuela se pronuncie sobre a origem do óleo que tem chegado às praias nordestinas desde 30 de agosto.

— Amostras do material coletado foram analisadas em laboratórios especializados que identificaram que esse material não foi extraído do território nacional, mas provém, conforme demonstrado por análise técnica, de poços e misturas de origem venezuelana — disse Salles, em seu pronunciamento.

Segundo o ministro, a investigação conduzida pelo governo brasileiro visa determinar as causas e origens do óleo para, com isso, “fazer cessar o seu aparecimento no litoral brasileiro, mas também obter informações que nos permitam responsabilizar aqueles que tenham contribuído para esse desastre ambiental’.

A informação de que o óleo que vem chegando ao litoral brasileiro tem origem venezuelana se baseia em análises da Petrobras e da Marinha e vem sendo divulgada há pelo menos três semanas por diferentes integrantes do governo, inclusive pelo próprio presidente. Esta é, no entanto, a primeira medida formal tomada pelo governo para iniciar o processo de responsabilização pelo desastre.

A decisão de pedir esclarecimentos à Venezuela acontece duas semanas depois de o governo do presidente Nicolás Maduro negar qualquer envolvimento com o acidente. No dia 10 de outubro, a empresa estatal de petróleo venezuelana, PDVSA, emitiu um comunicado em que classificou as afirmações de Salles sobre a origem do óleo como “infundadas”.

Nas últimas semanas, diferentes órgãos do governo, como Marinha, Polícia Federal, Ibama, e até órgãos estrangeiros, como a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA (Noaa), vêm tentando identificar a origem do vazamento do petróleo, sem sucesso.

As suspeitas mais fortes são a de que ele tenha ocorrido em algum navio que tenha navegado pela costa brasileira nos últimos meses. Uma nova estimativa da Marinha avalia que o vazamento possa ter ocorrido a uma distância de 270 e

600 quilômetros da costa, tendo como ponto de partida os estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Até então, as estimativas variavam entre 600 e 800 km.

A Marinha avalia como suspeito um conjunto de 30 embarcações de dez países que navegavam na região provável do vazamento. Todas as nações já foram contatadas pela Força, para que informem detalhes que possam ajudar na elucidação da causa da tragédia. Até agora, mais de mil toneladas de óleo já foram retiradas das praias dos nove estados do Nordeste.

O Ibama confirmou ontem à noite que 88 municípios e 233 localidades foram afetados pelas manchas de óleo. O informe aponta o crescimento de locais afetados na Bahia. A área mais ao sul do estado onde houve registro foi a Praia de Arakakaí, no município de Santa Cruz Cabralia, que fica a cerca de 20 quilômetros de Porto Seguro.

PROTESTO

Membros do Greenpeace Brasil realizaram ontem um protesto em frente ao Palácio do Planalto contra a política ambiental do governo do presidente Jair Bolsonaro. Exibindo placas com inscrições como “Pátria queimada, Brasil” e “Brasil manchado de óleo”, os manifestantes simularam os resultados de queimadas na Amazônia e do derramamento de óleo que atingiu praias do Nordeste.

Dezenove pessoas foram detidas quando deixavam o local. No Twitter, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chamou os manifestantes de “ecoterroristas”.

O presidente em exercício Hamilton Mourão ironizou a manifestação, dizendo que chamará a ONG para atuar no combate ao derramamento: — Vou convidar o Greenpeace para recolher o óleo lá, ao invés de jogar o óleo aqui — afirmou, ao deixar o Palácio do Planalto no início da tarde.

Mourão, no entanto, reconheceu que o protesto faz parte da democracia.

— Protesto é protesto, democracia é isso aí. Única coisa que eu acho é que você pode fazer um protesto sem bloquear o trânsito.

Já o líder do PSL na Câmara dos Deputados, Eduardo Bolsonaro (SP), filho do presidente Jair Bolsonaro, disse que os manifestantes faziam uma “baderna”:

— Estavam emporcalhando. Fazem da pauta ambiental uma política para atingir Bolsonaro. Damos parabéns à Polícia Militar por acabar com essa baderna.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 24/10/2019**Seção:** Brasil**Autor:** Rafaela Gonçalves**Título:** Ação efetiva contra o óleo

*Em meio à crise do vazamento de óleo no litoral do Nordeste, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo jamais foi extinto. Conforme garantiu, ontem, em entrevista ao CB.Poder — uma parceria entre a TV Brasília e o **Correio Braziliense** —, o PNC está sendo seguido desde 2 de setembro, e não desde em 11 de outubro — como têm afirmado os críticos —, sob coordenação da Marinha.*

O ministro também considera que a situação inédita de ter de lidar com uma substância cujas manchas ficam, sobretudo, abaixo da linha d'água, dificulta a operação, pois o rastreamento espacial não é capaz de detectar o movimento que fazem. Assim, a operação de contenção torna-se quase pontual, quando o óleo se aproxima ou já está na areia da praia.

Salles destacou que o trabalho dos voluntários na limpeza das áreas atingidas tem sido inestimável, e que está aberto ao diálogo com organizações não governamentais com propostas e sugestões técnicas a oferecer — o que não seria, segundo ele, o caso do Greenpeace, cujo interesse é somente o de fazer oposição política.

Por que o Plano Nacional de Contingência só foi acionado mais de 40 dias depois do surgimento das manchas de óleo?

O Plano vem sendo aplicado, e todos os procedimentos previstos, desde o dia 2 de setembro. Não é verdade que só foi utilizado em 11 de outubro. Desde 2 de setembro, o grupo de acompanhamento e avaliação, composto por Ibama, ANP (Agência Nacional do Petróleo) e Marinha, vem monitorando todo o litoral, não só utilizando satélites estrangeiros, satélites nacionais, avião-radar do Ibama, helicópteros do Ibama e da Marinha, e retirando o óleo. Aliás, em todas as praias onde aparece, vem sendo retirado no mesmo dia, o que mostra eficiência. Também a destinação é importante: fizemos entendimentos com a indústria de cimento para esse óleo ser incinerado nos fornos.

O Governo subestimou o desastre? O ministro da Defesa disse que o Exército demorou a entrar porque o governo não tinha a dimensão.

Ninguém tem o tamanho porque não se sabe a quantidade e nem a forma como

foi derramado. Não é possível dimensionar o problema. O que se fez, à medida que o óleo foi aparecendo: equipes foram sendo empregadas, retirando e dada a destinação. Foi dada a resposta adequada: o aumento do efetivo pelo Exército, somado àquele que já estava lá e ao trabalho dos voluntários. Nós acolhemos e agradecemos aos voluntários.

Não há garantia de que manchas não apareçam em outras praias?

Não se sabe como esse óleo venezuelano veio parar no litoral. É mais pesado, portanto vem mais ou menos um metro e meio abaixo da superfície. O avião-radar do Ibama, os satélites, os helicópteros não conseguem identificar o movimento dessas manchas. Só aparecem quando estão próximas à costa ou já na areia.

Houve um complô?

Nenhuma hipótese pode ser descartada. Primeiro, é petróleo de um estado que está se desmontando. Segundo, não sabemos como chegou. Apareceram os barris da Shell, reutilizados com óleo venezuelano. Estamos também em meio ao leilão da 16ª rodada de petróleo e gás, que é um dos maiores lotes do mundo. Há interesses econômicos, há interesses políticos, há interesses de várias naturezas.

A percepção é de que o governo está chegando atrasado nos desastres ambientais. A gente viu isso na Amazônia. Isso se deve ao desmonte dos órgãos fiscalizadores? O governo extinguiu em abril o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água.

Não extinguiu. Ao contrário, está sendo seguido com a coordenação da Marinha.

Pretende chamar governadores, prefeitos para uma mega-ação?

Temos feito mais que chamá-los. Temos ido lá. Fui aos estados do Nordeste atingidos cinco vezes; fui a três num mesmo dia. O ministro (Gustavo) Canuto está lá. O ministro da Defesa, general Fernando (Azevedo e Silva), estava em Recife comigo; a Marinha... todas as autoridades estão lá.

Já acabou aquela divergência entre o governador de Pernambuco e o presidente Bolsonaro?

O mundo da política nada tem a ver com o do executivo. O trabalho técnico independe de questões políticas, que vão ser sempre assim: haverá discussão para instrumentalizar o discurso, dizer que se não dá atenção ao Nordeste. Não é verdade.

Como vai lidar com os grupos ambientais, apesar das divergências?

Aqueles que estão trabalhando de maneira firme, colaborativa, profissional, temos apoiado, reconhecido. Aqueles, a exemplo desse Greenpeace, que foi

dizer que não podia ajudar a limpar as praias, não tem colaboração possível. São bons de levantar dinheiro, mas de trabalhar...

Vai recebê-los?

Não recebo terrorista.

Como o governo está se preparando para trabalhar com a imagem do Brasil lá fora?

O que se faz é o que a sociedade queria contra a corrupção. Há, sim, informações que vão para o exterior de maneira incompleta ou deturpada. Em toda viagem, estivemos com entidades ambientalistas, autoridades governamentais, investidores que têm interesse no Brasil. Em todos os lugares que a gente foi está o Greenpeace para tirar uma casquinha e falar mal. A gente viu uma desinformação muito grande com relação às queimadas e à Amazônia. Conseguimos mostrar a realidade.

Onde o governo errou na questão ambiental?

É um país complexo, com uma herança problemática na área. A agenda da bioeconomia é tida como a grande promessa para a Amazônia... Ora, por que não se fez até hoje? Porque não é fácil, porque havia aversão à participação do setor privado, porque não respeitavam o direito de propriedade e não facilitam o direito de pesquisa em desenvolvimento.

O senhor discutiu, nos EUA, a criação de um fundo. Como está isso?

Avançando bem. Há grande interesse de empresas privadas em serem ou doadoras-partícipes. Finalmente atrairemos empresas privadas para a Amazônia. Você não vê nenhum grande laboratório farmacêutico na Amazônia. Por que não temos nenhuma cadeia internacional para desenvolver o ecoturismo na Amazônia? Temos que olhar quais são os obstáculos, os óbices ao investimento, ao desenvolvimento, e atacar esses gargalos. Não adianta fazer gesto e declaração de que somos exemplo para o mundo se não temos a capacidade de atrair o recurso financeiro, sobretudo na Amazônia, deixada para trás.

** Estagiária sob supervisão de Fabio Grecchi*

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 24/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Ingrid Soares/ Catarina Loiola

Título: Ato do Greenpeace acaba em prisões

Dezessete ativistas do grupo ambiental Greenpeace foram detidos, ontem, após realizar um protesto, em frente ao Palácio do Planalto, contra o governo federal por causa do vazamento de óleo que atinge o litoral do Nordeste. Vestidos de preto, usaram uma mistura de água, corante e amido de milho para simular o petróleo cru que já atingiu mais de 190 praias. A manifestação utilizou animais de pelúcia cobertos de óleo fictício, imitação de barris de petróleo, tocos de árvores e uma réplica de motosserra.

Os manifestantes levantaram faixas contra a política ambiental do governo federal. Os cartazes continham frases como "Um governo contra o meio ambiente", "Brasil manchado de óleo" e "Pátria queimada, Brasil". A manifestação, que começou por volta das 8h, logo após o hasteamento da bandeira, ocupou duas faixas em frente ao Planalto.

O porta-voz de clima e energia do Greenpeace do Brasil, Thiago Almeida, disse que a demora do governo em agir é inaceitável.

"Bolsonaro viajou para o exterior enquanto o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, tenta mascarar a sua inação jogando a responsabilidade para a população e para as organizações não governamentais".

Em nota, a Polícia Militar do Distrito Federal disse que o motivo da prisão dos manifestantes foi por suspeita de "atividades nocivas ao meio ambiente".

Antes de embarcar para o Peru, o presidente em exercício Hamillton Mourão comentou brevemente sobre a manifestação. "Vou convidar o Greenpeace a recolher o óleo em vez de jogar aqui. Democracia é isso aí". O Palácio do Planalto não quis comentar o episódio.

*** Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

- **Detentos ajudam a limpar as praias**

O óleo que atinge o Nordeste chegou à Praia Barra de Jangada, onde está a foz do Rio Jaboatão, em Jaboatão dos Guararapes, cidade vizinha ao Recife (PE). Funcionários da prefeitura, da Marinha, do Exército e 50 presos em regime semiaberto atuam na praia. Inicialmente, o grupo de presidiários iria para Cabo de Santo Agostinho, onde está grande parte do óleo, mas foram remanejados após a divulgação da nova mancha. "Não imaginava que estava nessa situação", comentou o apenado Paulo Henrique da Silva, de 21 anos. "Estamos separando o óleo com as luvas."

Alguns, temos mais sorte, outros são mais difíceis de tirar. Estou achando legal poder ajudar”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 24/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Jorge Vasconcellos

Título: CPI tem mais de 250 assinaturas

O deputado João Campos (PSB-PE) protocolou ontem, na Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, a CPI do Vazamento de Óleo, que pretende investigar as responsabilidades pelo maior desastre ambiental no litoral do Nordeste e eventuais omissões do governo federal. O requerimento recebeu mais de 250 assinaturas de deputados de todos os 25 partidos com representação na Casa — o número mínimo de adesões é 171. Segundo ele, caso a CPI tenha sua instalação autorizada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também vai propor inovações jurídicas para evitar a ocorrência de novas tragédias ambientais no país.

“Diante do maior desastre ambiental em extensão da história do país, o parlamento brasileiro não pode deixar de ter o seu protagonismo e ajudar o seu povo que aqui representamos. Esta CPI tem o interesse de produzir inovações jurídicas para permitir que não venham a acontecer novos desastres como esse e melhorar a capacidade de ações mitigatórias do Estado brasileiro”, disse Campos, frisando que a grande adesão à CPI reflete seu caráter suprapartidário.

Logo depois de a CPI ser protocolada, a Secretaria-Geral da Mesa começou a conferir as assinaturas. Segundo o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da oposição, o elevado número de assinaturas mostra que o compromisso do Parlamento com a preservação ambiental está acima das lutas políticas.

Já o deputado Tadeu Alencar (PSB-PE) afirmou que o governo federal pode estar incorrendo em crime de responsabilidade pelo fato de não agir de acordo com a gravidade do desastre.

“Há 60 dias que o Brasil vive o maior desastre ambiental do litoral brasileiro. O governo federal, de forma absolutamente negligente, fez vista grossa”.

MME / ASCOM .